



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**INTERVENÇÃO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO
POR OCASIÃO DA
XIII REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DOS MINISTROS DO
TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS DA CPLP**

**“A extensão da Protecção Social a todos e a sua relação com
o Mercado de Trabalho, em prol do desenvolvimento e do
combate à pobreza”**

**CNEFP, Tíbar
1 de Maio de 2015**



Palácio do Governo,
Avenida Presidente Nicolau Lobato,
Dili, Timor-Leste

Suas Excelências

Senhores Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais dos Estados-Membros da CPLP e seus representantes

Excelentíssimos

Senhor Representante do Secretário Executivo da CPLP

Senhora Representante da Organização Internacional do Trabalho

Senhoras e Senhores Membros das Delegações dos Estados-Membros da CPLP e Corpo Diplomático

Senhoras e Senhores Peritos Oradores e Moderadores das Sessões de Trabalho

Senhoras e senhores,

Começo por agradecer a todos, pela vossa participação na XIII Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP. A presença dos governantes e técnicos da CPLP no nosso país, para a discussão de temas que podem melhorar a vida dos nossos povos, é o espírito que abraçamos na CPLP, é o nosso propósito comum.

Não deixa de ser uma feliz coincidência encontrarmo-nos aqui hoje reunidos no Dia Mundial do Trabalhador para, em conjunto, reafirmarmos os seus direitos e garantias. Permitam-me que preste por isso, publicamente, a minha homenagem a todos, trabalhadoras e trabalhadores, dos nove países da CPLP, que fazem pulsar as nossas economias, por vezes em condições precárias ou de incerteza relativamente ao futuro. *(Peço, por isso, uma salva de palmas em sua homenagem).*

Sei que foram várias e valiosas as contribuições oferecidas nas reuniões técnicas e ministeriais que decorreram ao longo desta semana. A partilha de preocupações, experiências e prioridades, numa lógica de cooperação e amizade, sempre pautou a nossa Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Estou certo que os resultados desta reflexão conjunta, contribuirão para melhor responder aos desafios que todos enfrentamos em matéria de protecção social e de mercado de trabalho e para a definição de estratégias de redução de pobreza nos nossos países.

Timor-Leste, durante os dois anos em que assume a Presidência *pro tempore*, tem o privilégio de receber os nossos irmãos para reuniões da mais alta importância. Ainda há duas semanas, tivemos a oportunidade de acolher a I Reunião Extraordinária dos Ministros da Educação. Fico satisfeito que estes primeiros encontros sectoriais recaiam sobre as temáticas do sector social.

Os ideais de liberdade pelos quais nos debatemos, não há tanto tempo assim, e o crescimento económico que os nossos países têm procurado impulsionar, caem no vazio se os nossos povos não sentirem melhorias nas suas condições de vida, se não tiverem acesso aos serviços mais básicos e se não tiverem oportunidades para se desenvolverem a si próprios! Por isso, particularmente relevante e oportuna é a discussão em torno da protecção social e da sua relação com o emprego, o desenvolvimento e o combate à pobreza.

Excelências
Senhoras e Senhores,

O Estado Social é a opção política e económica que escolhemos para Timor-Leste. Acreditamos que só assim o Estado pode assumir o papel de defensor e promotor dos direitos dos timorenses, tais como o direito à saúde ou à educação, criando as condições necessárias para o gozo de uma vida plena e condigna. Proteger aqueles que nada têm, responder às necessidades das pessoas, é uma responsabilidade, uma obrigação do Estado, que nada tem a ver com caridade.

A nossa história de luta pela independência, os sacrifícios de todo um Povo pela Pátria, contribuiu amplamente para a escolha deste modelo. A justiça social está na essência da nossa sociedade.

Por esta razão, temos vindo a assegurar a recompensa e homenagem aos Combatentes da Libertação Nacional e o apoio aos mais vulneráveis, como as viúvas, idosos, os órfãos e portadores de deficiências. Isto inclui, não só, apoios financeiros mas também programas de assistência alimentar e a prestação de serviços de Atendimento Social. Temos ainda investido em importantes programas de combate às desigualdades e de inclusão social, que protejam as mulheres e as famílias mais vulneráveis, incluindo programas para financiar a saúde e a educação das suas crianças, como é o caso da “Bolsa da Mãe”.

As crianças e os jovens representam a grande maioria da nossa população. O Governo está empenhado no objectivo transversal de “Protecção de Crianças e Jovens” e está a criar uma Comissão dos Direitos da Criança, com medidas de protecção social para a infância e a juventude. É, para nós, absolutamente prioritário prevenir e agir sobre o abuso dos menores e combater todas as formas de exploração e trabalho infantil. As nossas crianças são o nosso futuro, são a promessa de desenvolvimento económico nos nossos países, são, permitam-me a expressão, o nosso pilar de protecção social futura!

Estamos a adaptar e a alargar o actual regime transitório de segurança social num regime definitivo, obrigatório e contributivo, que seja sustentável e que garanta a segurança social a todos os trabalhadores e familiares dependentes. Neste processo temos contado com a preciosa colaboração técnica de Portugal e do Brasil, bem como com a partilha de experiências e contributos de todos os países da CPLP, na construção do nosso sistema contributivo de segurança social. Sei que dos encontros que decorreram esta semana, a cooperação nesta área vai sair reforçada o que muito me apraz.

Quero também manifestar o meu apoio às recomendações para, ao nível da nossa Comunidade, se investir em políticas públicas que assegurem o Piso Básico de Protecção Social, de forma interligada e transversal com as diferentes dimensões – económica, social e ambiental – do desenvolvimento sustentado.

A protecção social constitui um importante instrumento na realização de quase todos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio mas, infelizmente, os países menos desenvolvidos ficaram muito aquém na sua concretização. É por isso muito positivo ver que as matérias da protecção social têm uma dimensão central na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, porque precisamos fazer muito mais, para colocar as pessoas, a sua dignidade, acima de qualquer interesse e no centro das nossas acções colectivas.

Excelências

Senhoras e senhores,

Sabemos que o futuro do Estado Social precisa de crescimento económico, porque precisamos de sustentar as políticas de educação, saúde, habitação e a própria subsidiariedade que defendemos. Os apoios sociais devem fazer

sempre parte de uma sociedade solidária, mas a dignidade do ser humano, passa também por este poder decidir o seu papel na sociedade.

A criação de riqueza, através da diversificação económica e da criação de emprego são fundamentais. O Estado precisa de ter recursos financeiros que possam ser distribuídos por aqueles que mais necessitam e isto envolve uma estratégia integrada onde também a boa governação e a estabilidade política são contabilizados para uma sociedade próspera e socialmente inclusiva.

O flagelo do desemprego e a generalização de formas de emprego precárias têm um impacto brutal nas nossas sociedades. Um emprego remunerado constitui um elemento não só de subsistência mas também de integração nas comunidades, contribuindo para a estabilidade nacional. O desemprego cria jovens frustrados e sem esperança e adultos que não se sentem úteis para as suas sociedades.

Sabemos que este é um problema comum que afecta a nossa comunidade. Nas projecções demográficas mais recentes sobre Timor-Leste, sabemos que a nossa população está a aumentar exponencialmente e que isto vai requerer a criação anual de milhares de postos de trabalho.

Temos, por isso, que encontrar estratégias de criação de emprego muito rapidamente e apostar na intensificação do ensino técnico-vocacional para permitir saídas para o mercado de trabalho, mais de acordo com as necessidades dos sectores produtivos do país.

Sabemos que a necessidade de crescimento económico e a criação de emprego é comum a todos os países da CPLP, e foi por essa razão que quisemos dar à nossa presidência uma nova dinâmica económica e empresarial. Estimular projectos empresariais nos nossos países, com vista a desenvolver os sectores privados nacionais e a transferência de conhecimentos e tecnologias, vão contribuir para parcerias estratégicas que capitalizem as nossas integrações regionais no sistema económico global.

Nós podemos e devemos usar a língua como um instrumento de negócios, promovendo as nossas economias nos fora internacionais onde estamos representados, também para termos uma intervenção mais activa na agenda global.

Em Timor-Leste, admito, estamos a enfrentar o desafio da promoção e consolidação da língua portuguesa. No entanto, somos um povo habituado a ultrapassar dificuldades e acredito que vamos superar este desafio, não apenas em defesa da nossa identidade mas também devido ao potencial económico que a língua representa para o país.

Excelências
Senhoras e Senhores,

Mais de um bilião de pessoas vive em situação de abjecta pobreza. A economia mundial não só é extremamente desigual como ameaça seriamente o próprio planeta, incluindo recursos alimentares, e temos vindo a assistir a catástrofes ambientais que colocam os mais pobres do mundo ainda mais pobres.

Também nós, CPLP, reafirmámos em Maputo a importância da protecção social para alcançar a segurança alimentar e nutricional. Timor-Leste lançou em Julho do ano passado, o Plano de Acção Nacional “Erradicação da Fome e Malnutrição”, com o intuito de erradicar a fome num período de dez anos, reafirmando o compromisso que assumimos em conjunto nas campanhas "Juntos Contra a Fome" da CPLP e o "Desafio Fome Zero" da Organização das Nações Unidas.

Estamos, neste momento, a preparar o “Estudo de Condições de Vida” da nossa população, a ser lançado ainda este ano, para também podermos adaptar mais adequadamente as políticas públicas às necessidades das pessoas. Acreditamos que a definição de estratégias claras para a saída da pobreza está intrinsecamente ligada à criação de emprego. De facto, a maioria das pessoas apenas possui a sua força de trabalho para se desenvolver. Mas esta, a força de trabalho, depende inteiramente da sua saúde, da sua nutrição e da formação profissional ou educação a que teve acesso. O Estado tem, por isso, aqui uma intervenção decisiva.

Excelências
Senhoras e senhores,

Acabámos de assinar a Declaração de Tíbar e o Plano de Acção da XIII Reunião dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais. Estes compromissos, que se inscrevem na nossa cooperação multilateral, complementam os programas de cada um de nossos países e vão certamente contribuir para resultados que,

devidamente monitorizados, irão gradualmente promover o bem-estar dos nossos povos.

Para que as nossas sociedades atinjam o desenvolvimento sustentável e um progresso social justo, todos os cidadãos devem usufruir de condições dignas e ter acesso a serviços essenciais, que lhes permitam o gozo de uma vida plena e feliz.

A nossa visão vai ao encontro das necessidades de todos, visando criar condições para que cada vez mais os nossos cidadãos ultrapassem os desafios mais complexos, e participem activamente na construção da nossa sociedade, de forma autónoma, livre e criativa. Somos todos, portanto, chamados a intervir activamente. Podemos – e devemos – contribuir, mas podemos, também, usufruir.

E considerando que hoje é o dia do trabalhador – e todos temos muito trabalho pela frente no combate à pobreza e desigualdades sociais – faço votos de bom trabalho na criação de melhores oportunidades para os nossos povos!

Muito obrigado. Bem hajam!

Dr. Rui Maria de Araújo
1 de Maio de 2015